



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes – MTb 0097820/SP

TUDO JUNTO

Duarte Nogueira no PSD era só o que faltava. Ricardo Silva governa com a mesma base partidária do antecessor — agora no mesmo partido, lado a lado, pero no mucho.

POLICE NETO

Apesar do controle da regional do PSD estar nas mãos dos Silva, Police é o mentor responsável pela estrutura forte na região. Duarte é federal e ocupa a lacuna de Ricardo Silva. A meta agora é trazer uma liderança para ocupar a lacuna de Rafael Silva — para estadual ou, eventualmente, prefeito em 2028, caso necessário.

FRÁGEIS

A atual executiva municipal do PSD está tão frágil quanto a executiva municipal do PP. Ambas sofrem os efeitos das ações políticas de Ricardo Silva. A primeira por interferir na candidatura do PP em 2024 — trauma ainda não superado por alguns — e por declarar apoio a Maurício Neves (PP) para federal, sem a anuência de Gilberto Kassab, o chefeão máximo do PSD.

GABINETE BLINDADO

Chefe do Saerp, José Rui Bonato, indicado e protegido do deputado Maurício Neves, não atende vereadores — apenas Marcus Berzotti, que está bem próximo do clã Silva. É um ponto de possíveis problemas para a administração, contam velhas raposas da política da terra roxa.

TRIUNFO SME

Os uniformes de inverno para alunos da rede municipal devem chegar em pleno recesso estudantil. Um analista local — frequentemente contratado por empresas de marketing em época de eleição — foi enfático ao dizer: “Este episódio será muito sensível para Ricardo Silva em futuras campanhas, muito mais pelo que a contratada causou a agentes políticos no país.”

PROCURA-SE

Ex-assessoras da ex-secretária Gláucia Berenice (SEMAS) procuraram servidoras da pasta em busca de documentos e cópias de notas fiscais relativas à manutenção no Saica. Foram informadas de que existiam ofícios solicitando manutenção e reparos, mas que nunca foram atendidos. Após uma série de denúncias, o serviço está em vias de ser terceirizado.

SEMPRE ELE

Pouco antes da votação do pedido de cassação de Brando Veiga (REP) — em outra situação — André Rodini (NOVO) explicou do que se tratava a “Prova Quádrupla Rotariana”. Rodini votou pelo arquivamento da denúncia contra Veiga, justificando que os atos de campanha eleitoral não configuram quebra de decoro parlamentar.

MALDADE PREMIADA

Duas decisões controversas agitaram os corredores do Legislativo: a revogação repentina da lei que criava a Rádio Câmara e a exoneração da coordenadora da TV Câmara, Jane — personagem central de uma disputa interna recheada de tensão e vaidades.

GOODBYE, JANE!

A saída de Jane marcou o ápice de uma crise que se arrasta. A gota d’água teria sido um relatório informal, liderado por Marco Tarlá, em que servidores expuseram o trato rude e o desequilíbrio emocional da coordenadora no relacionamento com a imprensa e os vereadores. A decisão foi rápida: Isaac Antunes, presidente da Câmara, assinou a exoneração sem titubear.

DERRUBADA

Como retorno, a patrona de Jane, a onipresente Alexandra, presidente de fato do Legislativo, articulou, nesta semana, a retaliação. Tarlá foi denunciado por desvio de função — exatamente como dezenas de outros servidores da Câmara, incluindo a própria Alexandra — e terminou destituído do cargo de chefia que ocupava. Tudo isso na semana em que uma tragédia pessoal se abateu sobre ele, com a perda do filho — a mulher estava grávida de nove meses.

ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA

Servidor cursa Direito na USP em horário comercial e está em home office há cinco anos

Saulo Magron está em teletrabalho desde 2020 e mantém salário de R\$ 27,1 mil graças a gratificações de chefia; ele é casado com funcionária considerada a mais influente do Legislativo

EDUARDO SCHIAVONI
eduardoschiavoni@jornalribeirao.com.br

O Ministério Público de São Paulo abriu inquérito para investigar um servidor da Câmara que, desde 2020, segue em regime de home office mesmo após o fim das restrições impostas pela pandemia de Covid-19. O profissional, que tem salário-base inferior a R\$ 5 mil, recebe perto de R\$ 30 mil, com vencimentos turbinados por penduricalhos que ultrapassam os R\$ 20 mil — mesmo sem comparecer presencialmente ao Legislativo.

A abertura do inquérito ocorre depois que o parlamentar André Rodini (NOVO) denunciar, em um podcast, o fato. A denúncia ao MP, entretanto, veio de um e-mail anônimo.

Enquanto a maioria dos servidores retomou suas atividades presenciais, ele permaneceu trabalhando remotamente e, paralelamente, cursando presencialmente o concorrido curso de Direito da USP (Universidade de São Paulo), em período integral e em horário comercial.

Documentos obtidos pela reportagem mostram que, no segundo semestre de 2022, por exemplo, Saulo estava matriculado em nove disciplinas, com aulas entre 8h15 e 17h, de segunda a sexta-feira. Em um dos dias da semana, sua carga horária na USP incluía quatro aulas consecutivas. Mesmo assim, segundo a Câmara, ele cumpria, à época, normalmente sua jornada de 40 horas semanais — remotamente.

HISTÓRICO

Saulo entrou na Câmara em 2009, com salário de R\$ 1,7 mil, como digitador. Hoje, graças a uma série de benefícios concedidos pelo Legislativo, acumula gratificações e está entre os servidores mais bem remunerados da Casa. Parte dessa ascensão está ligada à concessão de funções de chefia, mesmo sem presença física no Legislativo nos últimos anos.

Com salário-base de R\$ 4.883,78, o servidor soma impressionantes R\$ 22 mil em penduricalhos, que incluem vantagem pessoal de R\$ 7,5 mil, verba extra por atuar como pregoeiro (R\$ 3,9 mil) e incorporações de R\$ 4,5 mil, entre outros benefícios. Ele também integra a Comissão de Licitação da Casa.

ELE FAZ DIREITO

O servidor foi aprovado na terceira chamada do vestibular da Fuvest de 2021, com ingresso no curso de Direito da USP. Como aluno, mantém desempenho considerado excelente, com notas sempre superiores a 9. A previsão é de que conclua a graduação no próximo ano. O curso tem carga horária total de 4.800 horas.

A USP confirmou as informações. No entanto, a Câmara de Ribeirão Preto negou-se a fornecer detalhes sobre a jornada de trabalho do servidor.

A instituição não explicou como é possível compatibilizar a carga horária da graduação presencial com uma jornada de 40 horas semanais no Legislativo, tampouco justificou as gratificações recebidas por funções de chefia à distância.

OUTROLADO

A REPORTAGEM NÃO CONSEGUIU CONTATO COM O SERVIDOR.

O Jornal Ribeirão procurou a assessoria jurídica da Câmara e solicitou o telefone ou outro meio de contato com Saulo, mas não obteve retorno. Ao telefonar para o Legislativo para tentar localizá-lo, a atendente informou que ele cumpre jornada em home office, mas não forneceu formas de contato. A reportagem também tentou contato com sua esposa, Alexandra, mas as ligações caíram na caixa postal nas quatro tentativas feitas na tarde desta quarta-feira (2).

Vereador denunciou servidor em podcast

O vereador André Rodini (Novo) foi um dos três parlamentares que assinaram, em 2022, o pedido para que Saulo fosse retirado do home office. Recentemente, em junho, participou do podcast PodNext e comentou o caso, classificando a permanência do servidor em regime remoto como “uma vergonha”.

Procurado, o parlamentar afirmou esperar que o caso também seja apurado internamente pelo Legislativo.

“Cabe ao presidente da Casa e à Mesa Diretora a administração do RH. Da minha parte, espero que essa situação seja resolvida, em nome da transparência no serviço público”, afirmou Rodini.